

VOTO N.º 815/XIII/4.^a

**VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO PELA INTENÇÃO
DECLARADA PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE ISRAEL DE PROSSEGUIR
COM OCUPAÇÕES ILEGAIS NA CISJORDÂNIA**

No passado dia 6 de abril, o primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu prometeu avançar com a anexação formal de áreas da Cisjordânia como colonatos israelitas.

Esta intenção de ocupar ilegalmente um território palestino, previsto pelo Direito Internacional, vem dar continuidade às políticas de ocupações ilegais, expropriação de terras privadas, massacres e violência desmesurada que vêm tendo lugar tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia ocupada.

Neste último território, onde residem cerca de 2,1 milhões de palestinos e 400 mil colonos israelitas, impera um regime de apartheid judicial, onde os palestinos estão sujeitos à lei marcial estabelecida pelo Ministério da Defesa e os colonos israelitas obedecem à lei civil daquele país.

A concretização das declarações proferidas pelo primeiro-ministro israelita é um ataque a qualquer esperança sobre os termos de Estado da Palestina nas terras que estão nas mãos de Israel desde 1967, obstaculizando a existência de dois Estados que fora prevista nos acordos de paz de Oslo.

De resto, esta e outras pretensões que violam os tratados internacionais em vigor, contam com o apoio, proteção e recompensa da administração estadunidense de Donald Trump, que também já reconheceu a soberania israelita sobre Jerusalém Oriental e os montes Golã.

Por ser mais uma manifesta violação das convenções e resoluções internacionais, contribuindo para a exacerbação dos conflitos e impedindo a concretização de um estado de paz definitivo naquela região, não pode deixar a Assembleia de condenar a declaração de intenções do governo israelita.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, delibera:

1- Manifestar grande preocupação e condenar a intenção declarada pelo primeiro-ministro de Israel de prosseguir com ocupações ilegais na Cisjordânia;

2- Apelar ao cumprimento das resoluções internacionais aprovadas na ONU, exigindo a criação de um Estado da Palestina, soberano e viável, nas fronteiras de 1967.

Assembleia da República, 16 de abril de 2019.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,